

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Associados
Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e
Empresários do Interior Paulista

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista ("Sicoob Cocred"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Sicoob Cocred é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Sicoob Cocred para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Sicoob Cocred. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

Limitação de escopo

Conforme descrito nas demonstrações financeiras na Nota 30.2, encontra-se em processo de análise pelo Banco Central do Brasil a resposta preparada pela administração do Sicoob Cocred referente aos questionamentos recebidos desse órgão regulador sobre a necessidade de provisão adicional para perdas com operações de crédito. Até a presente data, o Sicoob Cocred não havia recebido o posicionamento junto ao órgão regulador, e, portanto, não foi possível, nas circunstâncias, concluirmos sobre os possíveis reflexos nas demonstrações financeiras do Sicoob Cocred, do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que podem advir da conclusão desse assunto.

Conforme descrito nas demonstrações financeiras na Nota 32, o Banco Central do Brasil no uso de suas atribuições legais, solicitou o Sicoob Cocred e seus administradores a apresentar esclarecimentos em face dos questionamentos relacionados a operações de crédito, apontados em ofício desse órgão regulador. Até a presente data, o Sicoob Cocred e seus administradores ainda não haviam finalizado sua resposta quanto à solicitação do órgão regulador e, portanto, não foi possível avaliar os reflexos advindos dos impactos dos assuntos em discussão nas demonstrações financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014.

Competência de exercícios

Conforme descrito na Nota 30.1 (i) às demonstrações financeiras, a provisão para perdas com operações de crédito estava insuficiente no montante de R\$ 15.770 mil em 31 de dezembro de 2012. O Sicoob Cocred reconheceu, no exercício de 2013, a insuficiência de provisão para perdas das referidas operações de crédito. Esse procedimento não está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, no que se refere a competência de exercícios. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentado a menor em R\$ 15.770 mil.

Conforme descrito na Nota 30.1 (ii) às demonstrações financeiras, o Sicoob Cocred reconheceu contabilmente, no exercício de 2013, reversão de receita de juros, no montante de R\$ 52.724 mil, referente a parte do contrato junto a Copmob que foi rescindida no segundo semestre de 2013. Esse procedimento não está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, no que se refere a competência de exercícios. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentado a menor em R\$25.131 mil.





Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalvas – Limitação de escopo” e pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos “Base para opinião com ressalvas – Competência de exercícios”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ribeirão Preto, 27 de março de 2015


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F”


Rodrigo Ribeiro Viñau
Contador CRC 1SP236048/O-1

Índice

Balancos patrimoniais	2
Demonstração das sobras	3
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	7
2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis	7
3 Caixa e equivalentes de caixa	10
4 Títulos e valores mobiliários	11
5 Relações interfinanceiras	12
6 Operações de crédito	12
7 Outros créditos	15
8 Outros bens e valores a receber	16
9 Investimentos	16
10 Imobilizado	17
11 Diferido	17
12 Intangível	18
13 Depósitos à vista, à prazo e sob aviso	18
14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	19
15 Obrigações por empréstimos e repasses	19
16 Obrigações sociais e estatutárias	20
17 Obrigações fiscais e previdenciárias	20
18 Outras obrigações	21
19 Provisões para contingências	21
20 Patrimônio líquido	22
21 Outros dispêndios administrativos	24
22 Outros ingressos operacionais	25
23 Outros dispêndios operacionais	25
24 Partes relacionadas	26
25 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	27
26 Instrumentos financeiros	28
27 Gerenciamento de riscos	29
28 Garantias	31
29 Cobertura de seguros - (não auditado)	31
30 Inspeção do BACEN	31
31 Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014	32
32 Eventos subsequentes	33

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	3	9.630	12.174	Depósitos à vista, à prazo e sob aviso	13	788.644	690.138
Títulos e valores mobiliários	4	266.398	246.886	Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	14	120.892	91.788
Relações interfinanceiras	5	27.586	21.337	Relações de interdependência	15		10
Operações de crédito	6	868.740	653.251	Obrigações por empréstimos e repasses	15	523.390	366.470
Outros créditos	7	31.668	25.223	Obrigações sociais e estatutárias	16	2.313	4.808
Outros bens e valores a receber	8	155	169	Obrigações fiscais e previdenciárias	17	3.334	2.146
				Outras obrigações	18	67.758	66.735
		<u>1.204.177</u>	<u>959.040</u>				
						<u>1.506.346</u>	<u>1.222.095</u>
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	4	257.198	249.352	Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	14		11.025
Operações de crédito	6	325.020	400.857	Obrigações por empréstimos e repasses	15	166.915	271.400
Outros créditos	7	165.487	148.956	Obrigações sociais e estatutárias	16	1.848	193
Outros bens e valores a receber	8	89.887	83.540	Provisões para contingências	19	85.024	69.770
				Outras obrigações	18	52	59
		<u>837.592</u>	<u>882.706</u>				
						<u>253.839</u>	<u>352.447</u>
Permanente				Patrimônio Líquido	20		
Investimentos	9	57.417	40.989	Capital social		240.271	201.597
Imobilizado	10	4.469	5.444	Reserva legal		88.513	89.344
Diferido	11	3.730	5.157	Reserva complementar de provisão			8.485
Intangível	12	1.886	1.838	Sobras a disposição da Assembleia		20.302	21.205
		<u>67.502</u>	<u>53.428</u>				
						<u>349.086</u>	<u>320.631</u>
Total do ativo		<u><u>2.109.271</u></u>	<u><u>1.895.174</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>2.109.271</u></u>	<u><u>1.895.173</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista – Sicoob Cocred

Demonstração das sobras Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

		<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro</u>	
	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ingressos da intermediação financeira				
Operações de crédito		76.245	144.385	115.345
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		33.080	59.489	40.772
		<u>109.325</u>	<u>203.874</u>	<u>156.117</u>
Dispêndios da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado		(44.839)	(80.963)	(58.038)
Operações de empréstimos e repasses		(19.377)	(37.599)	(39.163)
Provisões para perdas com operações de crédito e com outros créditos	6.3	(14.782)	(40.795)	(27.645)
		<u>(78.998)</u>	<u>(159.357)</u>	<u>(124.846)</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>30.327</u>	<u>44.517</u>	<u>31.271</u>
Outros ingressos (dispêndios) operacionais				
Ingressos de prestação de serviços		2.426	4.500	3.884
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	26.2	70	(211)	365
Dispêndios de pessoal, honorários da administração e do Conselho Fiscal		(12.719)	(22.368)	(20.169)
Dispêndios tributários		(501)	(1.086)	(739)
Outros dispêndios administrativos	21	(14.912)	(27.893)	(24.128)
Outros ingressos operacionais	22	35.899	51.889	61.408
Outros dispêndios operacionais	23	(28.019)	(40.909)	(43.758)
		<u>(17.756)</u>	<u>(36.078)</u>	<u>(23.137)</u>
Resultado operacional		12.571	8.439	8.134
Despesas não operacionais, líquidas		<u>(362)</u>	<u>(379)</u>	<u>(175)</u>
Sobras/ lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.209	8.060	7.959
Imposto de renda e contribuição social		(93)	(161)	(166)
Sobras / lucro líquido do semestre / exercício antes da reversão dos juros sobre capital próprio		12.116	7.899	7.793
Juros sobre o capital próprio		12.063	12.063	6.866
Sobras / lucro líquido do semestre / exercício		<u>24.179</u>	<u>19.962</u>	<u>14.659</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva complementar de provisão	Sobras à disposição da Assembleia	Total
Em 1º de janeiro de 2013		141.076	90.090	11.333	24.814	267.313
Destinação das sobras de 2012	20.3	7.586		10.463	(18.049)	
Distribuição de sobras	20.3				(6.765)	(6.765)
Integralização de capital	20.1	55.853				55.853
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		(8.754)				(8.754)
Sobras/lucro líquido do exercício					14.659	14.659
Realização de reserva legal - amortização de gastos com benfeitorias	20.4		(1.498)		1.498	
Proposta para destinações estatutárias e legais	20.2					
Juros sobre o capital integralizado		5.836			(6.866)	(1.030)
Reserva legal (10%)			752		(752)	
Reserva complementar de provisão (10%)				752	(752)	
FATES (5%)	16				(376)	(376)
FATES - lucro de operações com não cooperados	16				(269)	(269)
Realização de Reserva complementar de provisão	20.5			(14.063)	14.063	
Em 31 de dezembro de 2013		201.597	89.344	8.485	21.205	320.631
Destinação das sobras de 2013	20.3	9.540		4.000	(13.540)	
Distribuição de sobras	20.3				(7.665)	(7.665)
Integralização de capital	20.1	27.313				27.313
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		(8.432)				(8.432)
Sobras/lucro líquido do exercício					19.962	19.962
Realização de reserva legal - amortização de gastos com benfeitorias	20.4		(1.566)		1.566	
Proposta para destinações estatutárias e legais	20.2					
Juros sobre o capital integralizado		10.253			(12.063)	(1.810)
Reserva legal (10%)			735		(735)	
FATES (5%)	16				(368)	(368)
FATES - lucro de operações com não cooperados	16				(545)	(545)
Realização de Reserva complementar de provisão	20.5			(12.485)	12.485	
Em 31 de dezembro de 2014		240.271	88.513		20.302	349.086

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

(continuação)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva complementar de provisão</u>	<u>Sobras à disposição da Assembleia</u>	<u>Total</u>
Em 30 de junho de 2014		232.402	89.344	12.485	(4.217)	330.014
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		(2.384)				(2.384)
Sobras/lucro líquido do semestre					24.179	24.179
Realização de reserva legal - amortização de gastos com benfeitorias	20.4		(1.566)		1.566	
Proposta para destinações estatutárias e legais	20.2					
Juros sobre o capital integralizado		10.253			(12.063)	(1.810)
Reserva legal (10%)			735		(735)	
FATES (5%)	16				(368)	(368)
FATES - lucro de operações com não cooperados	16				(545)	(545)
Realização de Reserva complementar de provisão	20.5			(12.485)	12.485	
Em 31 de dezembro de 2014		<u>240.271</u>	<u>88.513</u>	<u> </u>	<u>20.302</u>	<u>349.086</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista – Sicoob Cocred

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Sobras/ lucro líquido do exercício/semestre	24.179	19.962	14.659
Ajustes			
Depreciação e amortização	1.547	3.693	2.998
Resultado das baixas do ativo imobilizado e diferido	35	35	559
Provisão para perda com operações de créditos e com outros créditos	14.782	40.795	27.645
Provisão para contingências	8.413	15.254	12.595
	<u>48.956</u>	<u>79.739</u>	<u>58.456</u>
Variações nos ativos e passivos			
Operações de crédito	(50.136)	(168.315)	(170.937)
Outros créditos	(7.306)	(35.108)	66.370
Outros bens e valores a receber	(19.871)	(6.334)	(82.798)
Títulos e valores mobiliários	66.630	(27.357)	47.471
Depósitos à vista, à prazo e sob aviso	(10.156)	98.506	(62.060)
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	(11.471)	18.079	19.959
Obrigações por empréstimos e repasses	(51.277)	52.435	38.182
Relações de interdependência	8	5	(16)
Obrigações sociais e estatutárias	(4.273)	(3.563)	(4.915)
Outras obrigações	50.607	2.364	27.868
	<u>11.711</u>	<u>10.451</u>	<u>(62.420)</u>
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	<u>11.711</u>	<u>10.451</u>	<u>(62.420)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(93)	(161)	(166)
	<u>11.618</u>	<u>10.290</u>	<u>(62.586)</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>11.618</u>	<u>10.290</u>	<u>(62.586)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aporte de capital em investimentos	(13.751)	(16.427)	(4.641)
Recebimentos pelas vendas de bens do imobilizado			7
Aquisições de ativo imobilizado	(322)	(239)	(1.979)
Aquisições de ativo diferido e intangível	(231)	(1.135)	(2.245)
	<u>(14.304)</u>	<u>(17.801)</u>	<u>(8.858)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(14.304)</u>	<u>(17.801)</u>	<u>(8.858)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas	(2.384)	(8.432)	(8.754)
Integralização de capital		27.313	55.853
Sobras distribuídas		(7.665)	(6.765)
	<u>(2.384)</u>	<u>11.216</u>	<u>40.334</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(2.384)</u>	<u>11.216</u>	<u>40.334</u>
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.070)</u>	<u>3.705</u>	<u>(31.110)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre (Nota 3)	<u>42.286</u>	<u>33.511</u>	<u>64.621</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/semestre (Nota 3)	<u>37.216</u>	<u>37.216</u>	<u>33.511</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista ("Sicoob Cocred") é uma cooperativa singular com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (Nota 25) e acionista do Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB.

O Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Barretos, Bastos, Batatais, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Jaborandi, Jardinópolis, Marília, Morro Agudo, Ocaucú, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz e Viradouro. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Adamantina, Altair, Altinópolis, Álvaro de Carvalho, Barrinha, Bebedouro, Borá, Brodowski, Campos Novos Paulista, Cássia dos Coqueiros, Colina, Colômbia, Dumont, Echaporã, Embauba, Flórida Paulista, Garça, Getulina, Guaimbê, Guaraci, Guariba, Guataparã, Herculândia, Iacri, Icém, Inúbia Paulista, Jaboticabal, Júlio de Mesquita, Lucélia, Luiz Antônio, Lupércio, Lutécia, Mariápolis, Monte Azul Paulista, Nuporanga, Olímpia, Oriente, Orlandia, Oscar Bressane, Oswaldo Cruz, Paraíso, Parapuã, Pirangi, Pompéia, Pradópolis, Queiróz, Quintana, Rinópolis, Sales de Oliveira, São Simão, Santo Antônio da Alegria, Serra Azul, Taiaçu, Taiuva e Vista Alegre do Alto.

O Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- (ii) proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados; e
- (iii) a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, tendo sido aprovadas pela administração em 27 de março de 2015.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2 Descrição das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento.

2.2.2 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

2.2.3 Operações de crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor atualizado "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

A provisão para perdas com operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

2.2.4 Investimentos

Os investimentos são avaliados ao custo de aquisição.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2.5 Imobilizado

Móveis e utensílios, equipamentos, sistemas de comunicação, equipamentos de processamento de dados e outros, são demonstrados pelo custo de aquisição. As imobilizações em andamento são registradas pelos custos já incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados no Resultado não operacional.

2.2.6 Diferido

O ativo diferido da cooperativa é constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, registrados pelos custos incorridos, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF, que define como ativo diferido gastos de constituição, expansão e instalação e adaptações de dependências.

Conforme determinado pela Resolução CMN no 3.617 devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional. Os recursos classificados no ativo diferido são registrados pelo valor de custo e a amortização se dá a partir do início das operações, pelo método linear no período de até 5 anos ou no prazo da vigência do contrato (dos dois o menor) período em que passem a ser usufruídos benefícios decorrentes das aplicações.

2.2.7 Intangível - Softwares

Os valores registrados no ativo intangível do Sicoob Cocred se referem a softwares adquiridos após setembro de 2008, capitalizados no ativo intangível e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

2.2.8 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável.

2.2.9 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e repasses tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

2.2.10 Provisão para contingências

Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma mais adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo, e estão classificados no ativo realizável a longo prazo, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.535, revogada pela Resolução CMN nº 3.823.

2.2.11 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

2.2.12 Apuração das sobras

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos na demonstração de sobras de acordo com o regime de competência.

2.2.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com as alíquotas vigentes para o imposto de renda e para a contribuição social, conforme disposto na legislação (Lei 5.764/71, nos artigos 85, 86, 88 e 111).

O resultado apurado em operações realizadas com atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, é isento de tributação, conforme dispõe o Regulamento de Imposto de Renda (Decreto-lei 3.000/99).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades	9.630	12.174
Relações interfinanceiras (Nota 5)	<u>27.586</u>	<u>21.337</u>
	<u>37.216</u>	<u>33.511</u>

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendidas as determinações da Resolução CMN nº 3.604 (Nota 2.2.1).

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Títulos e valores mobiliários

<u>Modalidade</u>	<u>Remuneração média</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Títulos de renda fixa (i)	100% do CDI	3.714	12.268
Recibo de Depósito Cooperativo - RDC (ii)	100% do CDI	382.619	410.246
Cotas de fundo de investimento (iii)	104% do CDI	70.918	67.502
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% do Selic	5.459	4.589
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11,39% ao ano	1.447	1.633
Certificados de Recebíveis Imobiliários (iv)	100% do CDI + 1% ao ano	25.985	
Debêntures (v)	100,5% do CDI	8.873	
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (vi)	15% ao ano	23.542	
Outros		1.039	
		<u>523.596</u>	<u>496.238</u>
Ativo circulante		<u>266.398</u>	<u>246.886</u>
Realizável a longo prazo		<u>257.198</u>	<u>249.352</u>

(i) Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI, realizadas no BANCOOB e em bancos de primeira linha.

(ii) Os Recibos de Depósito Cooperativos - RDC referem-se substancialmente a aplicações financeiras mantidas no Sicoob São Paulo (Nota 25.2).

(iii) As Cotas de fundo de investimento referem-se a aplicações financeiras realizadas no BANCOOB e em bancos de primeira linha.

(iv) Os Certificados de Recebíveis Imobiliário – CRI referem-se à cessão de crédito de Cédulas de crédito Bancário – CCBs, líquido das parcelas recebidas.

(v) A debentures referem-se a papéis emitidos pelo Banco Bradesco S/A.

(vi) Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA referem-se à cessão de crédito de cédulas de produtos rural financeiro – CPRFs, líquido das parcelas recebidas.

Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, no SELIC e as operações com o BANCOOB e Sicoob São Paulo são mantidas pelos respectivos administradores.

Em 31 de dezembro de 2014, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate superior a 90 dias. Os títulos e valores mobiliários classificados no ativo realizável a longo prazo têm sua realização prevista substancialmente para o exercício de 2028 (2013 - realização prevista para o exercício de 2015).

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Relações interfinanceiras

<u>Modalidade</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Conta corrente	<u>27.586</u>	<u>21.337</u>

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira do Sicoob SP, conforme definido na Resolução CMN 3.859, possuem liquidez imediata e remuneração de 95% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, os quais resultaram-no exercício de 2014, em ingressos no montante de R\$ 2.143 (2013 - R\$ 3.408), registrados em contrapartida de outros ingressos operacionais (Nota 22).

6 Operações de crédito

6.1 Composição da carteira por modalidade

<u>Modalidade</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Adiantamentos a depositantes	1.678	1.822
Cheque especial/ conta garantida	90.863	74.878
Empréstimos e financiamentos	348.576	291.027
Títulos descontados / cheques descontados	33.899	33.157
Financiamentos rurais próprios (i)	108.022	69.062
Financiamentos rurais de repasses	671.753	630.750
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 6.3)	<u>(61.031)</u>	<u>(46.588)</u>
	1.193.760	1.054.108
Ativo circulante	<u>868.740</u>	<u>653.251</u>
Realizável a longo prazo	<u>325.020</u>	<u>400.857</u>

(i) Incluem renegociações realizadas no período de 2000 a 2003, para o alongamento de dívidas de associados originadas na modalidade de crédito rural, realizadas com base no Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA, no montante de R\$ 28.617 (2013 - R\$ 27.608). Essas operações são garantidas por Títulos do Tesouro Nacional de associados, com vencimento para 2020 a 2023, nas mesmas datas de vencimentos dos ativos.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.2 Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
2015		303.127
2016	219.700	35.688
2017	47.551	18.620
2018	20.912	9.753
2019 a 2025	<u>36.857</u>	<u>33.669</u>
	<u>325.020</u>	<u>400.857</u>

6.3 Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	46.588	41.959
(-) Créditos baixados para prejuízo	(16.038)	(24.316)
Provisão constituída no exercício	55.969	53.636
(-) Reversão da provisão	<u>(25.488)</u>	<u>(24.691)</u>
Saldo final	<u>61.031</u>	<u>46.588</u>

6.4 Recuperação de créditos anteriormente baixados

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas montou a R\$ 14.432 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (2013 - R\$ 36.078), e foi registrada em contrapartida de outros ingressos operacionais (Nota 22).

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.5 Composição da carteira por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão	2014			2013		
		Vencidas	A vencer	Total	Vencidas	A vencer	Total
AA					199	363.526	363.725
A	0,5%		898.603	898.603	2.166	508.437	510.603
B	1%	5.829	196.649	202.478	3.769	114.442	118.211
C	3%	5.899	47.185	53.084	3.886	39.262	43.148
D	10%	10.771	20.571	31.342	1.526	7.542	9.068
E	30%	695	3.635	4.330	405	1.745	2.150
F	50%	1.173	16.300	17.473	614	13.342	13.956
G	70%	2.695	23.071	25.766	247	22.147	22.394
H	100%	6.822	14.893	21.715	3.297	14.144	17.441
		33.884	1.220.907	1.254.791	16.109	1.084.587	1.100.696
Provisão para perdas com operações de crédito		(10.816)	(50.215)	(61.031)	(4.128)	(42.460)	(46.588)
Total		23.068	1.170.692	1.193.760	11.981	1.042.127	1.054.108

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Outros créditos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Cédulas de Produto Rural Financeiro - CPRF (i)	18.596	28.747
Títulos e créditos a receber com característica de operações de crédito (ii)	11.257	23.106
Devedores por compra de valores e bens (iii)	98.554	63.289
Depósitos em garantia (Nota 18)	85.193	69.836
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 25.2)		101
Outros	1.071	7.549
Provisão para perdas (iv)	<u>(17.516)</u>	<u>(18.449)</u>
	197.155	174.179
Ativo circulante	<u>31.668</u>	<u>25.223</u>
Realizável a longo prazo	<u>165.487</u>	<u>148.956</u>

- (i) Referem-se a CPRFs adquiridas pelo Sicoob Cocred junto aos seus associados, lastreadas em commodities agrícolas. Esses títulos são remunerados substancialmente, por juros pré-fixados, com vencimentos previsto substancialmente para os exercícios de 2015(Nota 22).
- (ii) Referem-se a renegociações de operações de crédito, as quais serão liquidadas mediante a entrega física de produtos, substancialmente soja, em até oito anos. Esses produtos serão recebidos e comercializados pela Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCANA, que assume contratualmente a obrigação de repassar os valores recebidos pelas vendas ao Sicoob Cocred.
- (iii) Referem-se a títulos a receber pela venda de imóveis recebidos em renegociações de dívidas de operações de crédito, atualizados, substancialmente, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (iv) Refere-se a provisão para perdas na realização das CPRFs e dos títulos de crédito a receber com característica de operações de crédito, constituída de acordo com os termos da Resolução CMN nº 2.682.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	18.449	21.036
(-) Créditos baixados para prejuízo	(11.247)	(1.287)
Provisão constituída no exercício	10.446	4.926
(-) Reversão da provisão	<u>(132)</u>	<u>(6.226)</u>
Saldo final	<u>17.516</u>	<u>18.449</u>

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Outros bens e valores a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Bens não de uso próprio (i)	92.738	86.391
(-) Provisão para perdas	(2.851)	(2.851)
Materiais de uso e consumo	115	145
Despesas antecipadas	40	23
	<u>90.042</u>	<u>83.708</u>
Ativo circulante - Despesas antecipadas	155	168
Realizável a longo prazo	<u>89.887</u>	<u>83.540</u>

(i) Os bens não de uso próprio referem-se a bens recebidos em pagamentos de operações de crédito renegociadas registrados pelo valor dessas operações e, quando aplicável, reduzidos de provisão para perda na realização, conforme laudos técnicos de avaliação desses bens a valor de mercado.

9 Investimentos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	38.452	24.870
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	18.884	16.041
Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCANÁ	73	71
Outros	8	7
	<u>57.417</u>	<u>40.989</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Sicoob Cocred efetuou aporte de capital no montante de R\$ 13.582, R\$ 2.843 e R\$ 2 no Sicoob São Paulo, no BANCOOB e na COPERCANÁ (2013 - R\$ 2.095, R\$ 2.540 e R\$ 6), respectivamente). Adicionalmente, sobras foram distribuídas no montante de R\$ 1.512, R\$ 1.421 pelo SICOOB SÃO PAULO e BANCOOB(2013 – R\$ 1.641 e R\$ 1.372), respectivamente.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

	2014		2013		%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Móveis, utensílios e equipamentos	3.782	(1.639)	2.143	2.296	10
Sistemas de comunicação	18	(8)	10	8	10
Equipamentos de processamento de dados	4.041	(2.697)	1.344	1.413	20
Veículos	678	(428)	250	205	20
Sistemas de vigilância	993	(651)	342	364	20
Obras em andamento	380		380	1.158	
	<u>9.892</u>	<u>(5.423)</u>	<u>4.469</u>	<u>5.444</u>	

11 Diferido

	2014		2013		%
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de amortização
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.782	(5.896)	2.886	4.101	20
Softwares				218	20
Instalação e adaptação de dependências	844		844	838	
	<u>9.626</u>	<u>(5.896)</u>	<u>3.730</u>	<u>5.157</u>	

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível

	2014		2013		%
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de amortização
Softwares	3.210	(1.324)	1.886	1.838	10

13 Depósitos à vista, à prazo e sob aviso

	2014	2013
Depósitos à vista	131.852	102.924
Depósitos sob aviso e à prazo	656.792	587.214
	788.644	690.138

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos sob aviso e a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Estão garantidos, até o limite de R\$ 250 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Este fundo tem como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo e as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN 4.150/2012.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

<u>Modalidade</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
LCA - Pré Fixada	18.713	16.910
LCA - Pós-fixadas	102.179	85.903
	120.892	102.813
Passivo circulante	120.892	91.788
Exigível a longo prazo		11.025

As Letras de Crédito do Agronegócio ("LCA") são títulos emitidos pelo Sicoob Cocred, com garantia em direitos creditórios do agronegócio mantidos em carteira e tem exigibilidade imediata. Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop – Nota 13).

15 Obrigações por empréstimos e repasses

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos financeiros incidentes</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Securitização	Juros anuais de 3%	4.498	3.404
Custeio agrícola	Juros anuais de 4,5 %	48.369	20.189
	Juros anuais de 5%	32.139	31.040
	Juros anuais de 5,5%	413.207	494.193
	Juros anuais de 6,25%		14.738
	Juros anuais de 6,50%	190.626	-
	Juros anuais de 6,75%	1.466	74.306
		690.305	637.870
Passivo circulante		523.390	366.470
Exigível a longo prazo		166.915	271.400

As obrigações por empréstimos e repasses são garantidas por penhor, cédulas rurais e avais dos diretores. Os montantes em longo prazo serão, substancialmente, liquidados em 2016 (2013 - no exercício de 2015).

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Obrigações sociais e estatutárias

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	1.832	4.695
Cotas de capital a pagar	<u>2.329</u>	<u>306</u>
	4.161	5.001
Passivo circulante	<u>2.313</u>	<u>4.808</u>
Exigível a longo prazo - Cotas de capital a pagar	<u>1.848</u>	<u>193</u>

(i) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa e é constituído por 5% das sobras líquidas do exercício e pelo resultado líquido, deduzidos os tributos, de operações com não associados (Nota 20.2).

17 Obrigações fiscais e previdenciárias

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	16	12
Impostos de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	15	9
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (i)	2.676	1.605
Contribuição Previdenciária - INSS	454	366
Programa de Integração Social - PIS	16	22
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23	19
Imposto sobre Serviços - ISS	15	11
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	117	100
Outros	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>3.334</u>	<u>2.146</u>

(i) Imposto de renda retido na fonte é decorrente, substancialmente, da remuneração de capital dos cooperados através de Juros sobre capital próprio (Nota 20.2).

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Outras obrigações

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Cheques administrativos	40.809	50.113
Despesas com pessoal a pagar	4.251	3.503
Cheques descontados	290	578
Fornecedores de bens e serviços	284	279
Procapcred (i)	19.100	5.437
Outras	3.076	6.883
	<u>67.810</u>	<u>66.793</u>
Passivo circulante	<u>67.758</u>	<u>66.735</u>
Exigível a longo prazo	<u>52</u>	<u>59</u>

(i) Refere-se a obrigação assumida pelo Sicoob Cocred, até março de 2014, decorrente das operações de PROCAPCRED (Nota 20.1 (ii) e 23).

19 Provisões para contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de determinadas questões em discussão judicial e administrativa, o Sicoob Cocred, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências tributárias e trabalhistas, classificadas como de risco provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável dessas questões.

Nas datas das demonstrações financeiras, o Sicoob Cocred apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Tributárias (IRRF (i))	84.868	69.686
Trabalhistas (ii)	156	84
	<u>85.024</u>	<u>69.770</u>

(i) O Sicoob Cocred questiona judicialmente a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte -IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos por seus associados nas operações realizadas com o Sicoob Cocred. Consequentemente, vem registrando as correspondentes obrigações, que em 31 de dezembro de 2014 correspondem a R\$ 84.868 (2013 - R\$ 69.686), bem como efetuou depósitos judiciais, relacionados a esse assunto, no mesmo montante.

(ii) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos trabalhistas em que o Sicoob Cocred é parte envolvida, foram constituídas as provisões no montante de R\$ 156, bem como efetuados os correspondentes depósitos judiciais no montante de R\$ 118 (2013 - R\$ 156 e R\$ 55, respectivamente).

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Processos classificados como possível perda

A administração do Sicoob Cocred, fundamentada na tese de que toda a movimentação financeira da cooperativa de crédito constitui ato cooperativo, não caracterizando base impositiva para tributação, não apura o PIS, a Cofins e a CSLL sobre rendimentos das aplicações financeiras que a cooperativa mantém em sociedades não cooperativas. Não obstante, o Sicoob Cocred foi autuado no que se refere a essa tese, para o período de 1998 a 2003, cujo valor atualizado é de R\$ 10.305, em 31 de dezembro de 2014 (2013 – R\$ 9.957), autuação esta que está sendo questionada pelo Sicoob Cocred na esfera administrativa, inclusive com o cancelamento do auto referente ao IRPJ, quando do julgamento do seu recurso no Conselho de Contribuintes. O Sicoob Cocred, baseado no seu entendimento e na opinião de seus assessores jurídicos, que classificam essa tese como de possível êxito, não efetuou qualquer provisão para fazer face a eventuais perdas relacionadas a esse assunto.

O Sicoob Cocred é envolvido em outros processos trabalhistas em andamento e está discutindo essas questões na esfera administrativa. Essas questões foram avaliadas pela administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível êxito em R\$ 972 (2013 - R\$ 872) e, portanto, não são passíveis de registro contábil.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

- (i) O capital é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.
- (ii) No primeiro semestre de 2014, o Sicoob Cocred aumentou seu capital social no montante de R\$ 27.313 com recursos provenientes do PROCAPCRED - Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito, nos termos da Resolução CMN nº 3.346 (2013 - R\$ 55.853). O PROCAPCRED é uma linha de crédito especial para aquisição de cotas de capital utilizando recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O programa é um incentivo do Governo Federal, que tem por objetivo promover o fortalecimento do sistema de crédito cooperativo no País por meio da concessão de financiamentos diretamente aos associados por intermédio de instituições financeiras credenciadas.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Sobras/ lucro líquido do exercício, base de cálculo das destinações	19.962	14.659
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital integralizado (Nota 23)	(12.063)	(6.866)
Reserva legal - 10%	(735)	(752)
Reserva (fundo) complementar de provisão - 10%		(752)
FATES - Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(368)	(376)
FATES - lucro de operações realizadas com não cooperados	(545)	(269)
Despesas absorvidas com a Reserva legal	1.566	1.498
Realização de Fundo de provisão	<u>12.485</u>	<u>14.063</u>
Sobras do exercício à disposição da Assembleia Geral	<u><u>20.302</u></u>	<u><u>21.205</u></u>

- 10% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados do Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com atos não-associados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os associados e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

20.3 Aprovação das destinações

As destinações das sobras dos exercícios sociais de 2013 e de 2012 foram aprovadas nas assembleias gerais ordinárias realizadas em 24 de abril de 2014 e 17 de abril de 2013, respectivamente.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2014, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para Reserva complementar de provisão, no montante de R\$ 4.000, para Capital social, no montante de R\$ 9.540, e o saldo remanescente, no montante de R\$ 7.665, foi distribuído aos associados.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2013, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para Reserva complementar de provisão, no montante de R\$ 10.463, para Capital social, no montante de R\$ 7.586, e o saldo remanescente, no montante de R\$ 6.765, foi distribuído aos associados.

20.4 Realização da Reserva legal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2010, foi aprovado que os recursos destinados a Reserva Legal serão utilizados para suprir as despesas com bens e serviços diretamente relacionados à expansão geográfica dos serviços do Sicoob Cocred, bem como os custos de melhorias e benfeitorias necessárias para o aumento da capacidade operacional do Sicoob Cocred, além de sua utilização para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 62 do Estatuto Social do Sicoob Cocred.

20.5 Realização da Reserva complementar de provisão

Por determinação do Banco Central do Brasil, por meio do processo número 1.401.600.368, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária em 03 de dezembro de 2014 para deliberar quanto a destinação dos recursos existentes na reserva complementar de provisão. A reserva totalizava o montante de R\$ 12.485 e foi integralmente transferida para Sobras a disposição da Assembleia.

No exercício findo em 2013, o Sicoob Cocred visando compensar o provisionamento de operações de crédito, efetuou a realização da Reserva no montante de R\$ 14.063, que foi deliberado pela Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2014.

21 Outros dispêndios administrativos

	Segundo	Exercícios findos em	
	Sem estre	31 de Dezembro	
	2014	2014	2013
Serviços do sistema financeiro	(1.884)	(3.719)	(3.400)
Despesas de comunicação	(840)	(1.755)	(1.540)
Aluguéis	(923)	(1.792)	(1.559)
Serviços diversos contratados (i)	(4.453)	(7.407)	(5.960)
Vigilância e segurança	(1.153)	(2.381)	(2.006)
Propaganda, publicidade, promoções e relações públicas	(534)	(1.034)	(783)
Depreciação e amortização	(1.547)	(3.693)	(2.998)
Manutenção e conservação de bens	(535)	(1.046)	(1.038)
Despesas de transporte	(608)	(1.002)	(698)
Ações Judiciais - Recuperação de Crédito	(321)	(551)	(720)
Outros	(2.114)	(3.513)	(3.426)
	<u>(14.912)</u>	<u>(27.893)</u>	<u>(24.128)</u>

(i) Referem-se, substancialmente, a gastos com a estruturação do produto Certificado de recebíveis do agronegócio e Certificado de recebíveis imobiliário.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Outros ingressos operacionais

	Segundo Semestre	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
	2014	2014	2013
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 5 e 25.2)	1.205	2.143	3.408
Recuperação de créditos baixados (Nota 6.4)	12.095	14.432	36.078
Atualização de CPRF (Nota 7 (i))	2.258	3.808	4.166
Atualização de títulos e créditos a valor de mercado (Nota 7)	539	1.383	1.778
Distribuição de sobras e dividendos de investimentos (Nota 9)	1.423	2.933	3.013
Taxa Administrativa sobre Liberação de Financiamento	631	1.307	1.096
Ganhos na venda de bens não de uso próprio (Nota 8)	973	3.293	64
Juros sobre venda de bens não de uso próprio (Nota 7 (iii))	4.323	8.676	7.763
Recuperação de Encargos e Despesas (FGSicoob)	11.572	11.572	
Outros	880	2.342	4.042
	<u>35.899</u>	<u>51.889</u>	<u>61.408</u>

23 Outros dispêndios operacionais

	Segundo Semestre	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
	2014	2014	2013
Juros sobre o Capital Integralizado (Nota 20.2)	(12.063)	(12.063)	(6.866)
Descontos concedidos	(1.169)	(2.597)	(2.375)
Estorno de Resultado Copmob (Rescisão Parcial de Contrato)			(25.131)
Recursos Procapcred (i)	(10.527)	(19.075)	(5.531)
Descontos concedidos na negociação de CPRFs	(3.709)	(6.623)	(3.855)
Outros	(551)	(551)	
	<u>(28.019)</u>	<u>(40.909)</u>	<u>(43.758)</u>

(i) Refere-se a gastos incorridos pelo Sicoob Cocred sobre a assunção da dívida do PROCAPCRED de seus associados limitado ao spread médio de sua carteira de crédito (Nota 18 e 20.1 (ii)).

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Partes relacionadas

24.1 Pessoal chave da administração

24.1.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, montaram a R\$ 1.806 (2013 - R\$ 1.653).

24.1.2 Saldos e transações com o pessoal chave da administração

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
(a) Principais saldos		
Ativo		
Operações de crédito - circulante	13.801	11.108
Operações de Crédito - Não Circulante	3.922	8.514
Passivo		
Depósitos a vista e sob aviso	42.498	34.582
Patrimônio líquido		
Capital social	3.138	2.703
(b) Principais operações		
Ingresso com operações de crédito	1.263	1.157
Dispêndio com captação	4.147	2.296

As transações com o pessoal chave da administração são realizadas nas mesmas condições que as operações realizadas com os demais associados.

24.2 Copmob Empreendimentos Imobiliários S.P.E. Ltda. ("Copmob")

A Copmob é uma sociedade de propósito específico, do tipo limitada, sediada em Sertãozinho - SP, para atuação no ramo de empreendimentos imobiliários. A Copmob é controlada pela Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - Copercana e é administrada por administradores comuns ao Sicoob Cocred.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Copmob foi constituída em 1º de novembro de 2011 e as operações e saldos estão demonstrados a seguir.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
24.2.1 Principais saldos		
Ativo realizável a longo prazo		
Outros Créditos (Nota 7)	22.798	20.359
24.2.2 Principais operações		
Venda de bens não de uso próprio (Nota 7)	20.359	15.642
Juros sobre a venda de bens (Notas 7 e 21)	2.439	4.717
Estorno de Resultado Copmob (Rescisão Parcial de Contrato)		(25.121)

25 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

O Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

25.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
25.2.1 Principais saldos		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (Nota 5)	27.586	21.337
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	178.106	165.483
Ativo realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	204.513	244.763
Ativo permanente		
Investimentos (Nota 9)	38.452	24.870
25.2.2 Principais operações		
Ingressos de títulos e valores mobiliários (Nota 4)	48.600	36.497
Ingresso de depósitos intercooperativos (Nota 22)	2.143	3.408

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações financeiras do Sicoob São Paulo, em 31 de dezembro de 2014 foram auditadas por auditores independentes da PwC que emitiram parecer datado de 11 de fevereiro de 2015, sem ressalvas.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Identificação e valorização dos Instrumentos financeiros

O Sicoob Cocred opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, LCAs, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.2 Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Sicoob Cocred realizou operações no mercado futuro, com o propósito de se proteger contra o risco de flutuações nos preços das commodities negociadas nas operações com Cédulas de Produto Rural Financeira – CPRF (Nota 7). Essas operações resultaram em perdas do montante de R\$ 211, registradas como resultado com instrumentos financeiros, no resultado do exercício (ganho em 2013 – R\$ 365), os quais não devem ser avaliados isoladamente, mas sim, contrabalanceados com os resultados das operações com CPRF (Nota 22). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014 o Sicoob Cocred possui instrumentos financeiros derivativos em linha com estratégias financeiras aprovadas em política de investimentos da Cooperativa (Opções).

27 Gerenciamento de riscos

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Cocred aderiu à estrutura única de gestão do Risco operacional, Risco de mercado e Risco de Crédito do Sicoob, centralizada no SICOOB Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

27.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

27.2 Riscos de mercado e liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Cocred objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Cocred aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o Sicoob Cocred possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

27.3 Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Cocred objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Cocred aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Cocred possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

27.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Cocred objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Cocred aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

28 Garantias

Em 31 de dezembro de 2014, o Sicoob Cocred é avalista em operações realizadas por determinados associados, principalmente junto ao BNDES, no montante total de R\$ 90.328 (2013 - R\$ 40.089), referentes a avais prestadas em operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. Tendo em vista o histórico dessas operações e a expectativa de realização dessas garantias, a administração avaliou que não há necessidade de constituição de provisão para perdas. A variação apresentada refere-se às coobrigações nas operações de CRA e CRI (Nota 4 (iv) e (vi)), as quais possuem lastros de operações emitidas pelo Sicoob Cocred.

29 Cobertura de seguros - (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2014, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade do Sicoob Cocred.

30 Inspeção do BACEN

30.1 Inspeção do BACEN - 2013

No dia 22 de março de 2013, o Sicoob Cocred foi comunicado oficialmente pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do ofício 1.904/2013, sobre o resultado da inspeção realizada durante o exercício de 2012 na Cooperativa. Nesse ofício, o BACEN reportou seu entendimento sobre a necessidade de provisão adicional para perdas com operações de crédito, a extrapolação do limite de exposição de risco por cliente, bem como apontou determinados aprimoramentos de procedimentos internos.

O Sicoob Cocred apresentou ao BACEN, no dia 03 de maio de 2013, o plano de regularização e respectivo cronograma de cada ocorrência apresentada, sendo que esse plano estava referendado pela Diretoria, pelos Conselhos de Administração e Fiscal e pelo Sicoob São Paulo.

- (i) Em relação à necessidade de provisão adicional para perdas com operações de crédito, o Sicoob Cocred apresentava uma insuficiência da referida provisão no montante de R\$ 15.770 em 31 de dezembro de 2012. O Sicoob Cocred reconheceu no exercício de 2013, a insuficiência de provisão para perdas das referidas operações de crédito. Esse procedimento não está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, no que se refere a competência de exercícios. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentado a menor em R\$15.770.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração do Sicoob Cocred realizou, no exercício de 2013, a provisão adicional para perdas com operações de crédito, conforme solicitado no ofício 1904/2013 do BACEN, recebido no dia 22 de março de 2013, e, dessa forma, a administração do Sicoob Cocred finalizou as pendências de regularização em relação à necessidade de provisão adicional para perdas com operações de créditos apontadas no referido ofício.

- (ii) O Sicoob Cocred apresentou ao BACEN, no dia 31 de janeiro de 2014, a regularização quanto a extrapolação do limite de exposição de risco por cliente, sendo esta aprovada pelo órgão regulador em 27 de março de 2014 através do ofício 4.322/2014.

O Sicoob Cocred reconheceu contabilmente, no exercício de 2013, reversão de receita de juros, no montante de R\$ 52.724, referente a parte do contrato junto a Copmob que foi rescindida no segundo semestre de 2013. Esse procedimento não está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, no que se refere a competência de exercícios. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentado a menor em R\$25.131.

30.2 Inspeção do BACEN - 2014

No dia 27 de março de 2014, o Sicoob Cocred foi comunicado oficialmente pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do ofício 4.322/2014, sobre o resultado da inspeção realizada durante o segundo semestre de 2013 pela auditoria interna do Sicoob São Paulo na Cooperativa. Nesse ofício, o BACEN reportou seu entendimento sobre a necessidade de provisão adicional para perdas com operações de crédito, no montante de R\$ 10.316 em 31 de dezembro de 2013, bem como apontou determinados aprimoramentos de procedimentos internos.

O Sicoob Cocred apresentou ao BACEN, no dia 04 de junho de 2014, seu entendimento em relação a necessidade de provisão adicional para perdas com operações de crédito. Decorrente do ofício supracitado, o Sicoob Cocred reconheceu, no primeiro semestre de 2014, provisão adicional para perda com operações de crédito, no montante de R\$ 3.215.

Neste contexto, até a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras o órgão regulador não havia manifestado seu entendimento quanto a resposta do Sicoob Cocred referente à necessidade de provisão adicional para perdas com operações de crédito. Sendo assim, não foi possível avaliar os reflexos advindos dos impactos do assunto em discussão nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, caso não haja a concordância da resposta do Sicoob Cocred por parte do órgão regulador.

31 Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Lei têm vigência a partir do exercício de 2015. A Secretaria da Receita Federal do Brasil, emitiu Instrução Normativa nº 1.469 de 28 de maio de 2014, que disciplina aplicação das disposições referentes a Lei nº 12.973 quanto aos efeitos na opção para o exercício de 2014. O Sicoob Cocred, através do Comitê de assuntos fiscais e tributários desta Cooperativa, elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras do Sicoob Cocred.

32 Eventos subsequentes

No dia 5 de fevereiro de 2015, o Banco Central do Brasil no uso de suas atribuições legais, solicitou ao Sicoob Cocred esclarecimentos sobre apontamentos, identificados durante o período de julho de 2002 a outubro de 2010, apresentados no ofício 1.689/2015. Tais apontamentos são advindos de realização de operações de crédito em desacordo com os princípios da seletividade, da garantia e da liquidez, bem como, a realização de operação vedada à instituição financeira. Os valores originais das operações de créditos apontadas no referido ofício correspondiam a aproximadamente R\$ 35.000. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo remanescente dessas operações é de R\$ 5.146, registrados em Outros créditos.

A administração do Sicoob Cocred está avaliando e preparando, juntos aos seus assessores jurídicos, a resposta dos apontamentos. Em sua análise inicial, a administração do Sicoob Cocred entende que esses apontamentos não afetarão de maneira relevante as presentes demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. Neste contexto, até a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras a administração do Sicoob Cocred não havia apresentado sua resposta quanto a essa solicitação.

* * *